

### UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano 2023

Tp. Período Anual

Curso PEDAGOGIA

Disciplina PI0032 - POLITICAS E LEGISLACAO DA EDUCACAO BASICA

Turma PIN

Carga Horária: 102

### PLANO DE ENSINO

#### **EMENTA**

Local

Transformações do capitalismo no Século XX e impactos sobre o padrão de intervenção do Estado: processos de elaboração e implementação das políticas públicas e da legislação educacional vigente no Brasil. Política e legislação referente à Educação Escolar Indígena.

# I. Objetivos

Geral: Estudar as políticas educacionais contemporâneas e seus reflexos na educação básica nacional e a educação indígena Específicos:

- Contemplar tensões entre instituições, movimentos e coletivos no cenário educacional brasileiro tendo como premissa a constituição do estado de direito.
- Analisar a legislação educacional brasileira e indígena com enfoque em seus avanços e contradições tendo como referencial a gestão democrática.

Articular conteúdos teóricos e práticos próprios do contexto de trabalho escolar.

### II. Programa

Articular conteúdos teóricos e práticos próprios do contexto de trabalho escolar.

. Conceitos fundamentais de Ciência Política

Política

Sociedade

Estado Governo

II. Conjuntura internacional e políticas educacionais

Organismos de regulação econômica e sua influência no planejamento e no financiamento da educação.

Mobilização social e participação popular nas políticas da educação indígena

III. Legislação educacional: avanços e contradições

A educação na Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a educação indígena

Legislação educacional e organização curricular da escola indígena

### III. Metodologia de Ensino

Aulas expositivas, leituras, elaboração de textos. Indicação de artigos científicos, que deverão ser lidos previamente pelos estudantes, possibilitando uma participação efetiva nos debates, referentes a cada unidade do programa. Serão realizadas aulas dialogadas, com a colocação de problemas a serem analisados incentivando o posicionamento dos estudantes e análise crítica das questões. Uso de metodologias diversificadas: discussão de problemáticas em grupos; apresentação de filmes; realização de seminários; pesquisas orientadas; realização de trabalhos em grupo, pesquisas bibliográficas. Análise de documentos escolares e de acontecimentos do cenário educacional à luz dos conteúdos estudados. Devido a Pandemia Covid/19 serão utilizados instrumentos e ferramentas remota via moodle, estabelecidos pelas instruções vigentes internas a universidade e por determinação do Estado.

### IV. Formas de Avaliação

Ao longo do curso o aluno será avaliado de acordo com a especificidade das temáticas abordadas em sala por meio de instrumentos avaliativos como provas, trabalhos, fichamento, debates, seminários, trabalhos escritos; salientando que os acadêmicos realizaram as atividades avaliativas elencadas via participação remota, moodle de forma síncrona e assíncronaANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Río de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

# V. Bibliografia

### Básica

BRASIL. LDB 9394. 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para escolas indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB nº 13/2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/CNE, 2012.
- Lei no. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Disponível em: http://:planalto,gov.br/ccivil\_03\_Ato2011/Lei/L13005.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2015.
  - . CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.Brasília, 1995.



### UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano 2023
Tp. Período Anual
Curso PEDAGOGIA
Disciplina Pl0032 - POL

PIN

Disciplina PI0032 - POLITICAS E LEGISLACAO DA EDUCACAO BASICA

Carga Horária: 102

Turma Local

## **PLANO DE ENSINO**

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação e Sociedade. Campinas, vol 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em http://:cedes.unicamp.br. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

FERNANDES, Florestan. Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. Sao Paulo: Hucitec, 1994.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. 2. ed. Ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

IANI, OCTAVIO. As origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. Ajuda externa para a educação brasileira. Da Usaid ao Banco Mundial. Cascavel: Edunioeste, 1999.

PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

VIEIRA, Lerche Vieira. Política educacional em tempos de transição. Brasília: Plano, 2000.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. \_\_\_\_\_. Da nova LDB ao Fundeb. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAPELLI, Marlene L. S. Políticas educacionais do governo Lerner no Paraná (1995-2002). Cascavel-Pr: Gráfica Igol, 2003.

WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política. 2v. São Paulo: Ática, 2011.

VI. REFERÊNCIA

A) BÁSICA

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

BRASIL. LDB 9394. 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para escolas indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Parecer CNE/CEB nº 13/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/CNE, 2012.

Lei no. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://:planalto,gov.br/ccivil\_03\_Ato2011/Lei/L13005.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

. CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.Brasília, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação e Sociedade. Campinas, vol 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em http://:cedes.unicamp.br. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

FERNANDES, Florestan. Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. Sao Paulo: Hucitec, 1994.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. 2. ed. Ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

IANI, OCTAVIO. As origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. Ajuda externa para a educação brasileira. Da Usaid ao Banco Mundial. Cascavel: Edunioeste, 1999.

PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

VIEIRA, Lerche Vieira. Política educacional em tempos de transição. Brasília: Plano, 2000.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. \_\_\_\_\_. Da nova LDB ao Fundeb. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAPELLI, Marlene L. S. Políticas educacionais do governo Lerner no Paraná (1995-2002). Cascavel-Pr: Gráfica Igol, 2003. WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política. 2v. São Paulo: Ática, 2011.

### Complementar

ADRIÃO, Theresa & PERONI, Vera (orgs.). O público e o privado na educação. Interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Educação. v. 16, n.48, pan/abril 2011.

HIDALGO, Angela M.; SILVA, Ileizi L. F. (Org.) Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90. Londrina-Pr: EDUEL, 2001.

LIMA, Antonio Bosco. (org.) Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada. São Paulo: Xamã, 2004.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. SAES, Décio. Coronelismo e estado burguês: elementos para uma reinterpretação. In: SAES, Décio. Estado e democracia: ensaios teóricos. 2.ed. Campinas: IFCH, 1998. p.71-114.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.



# **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE**

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano 2023 Tp. Período Anual

Curso PEDAGOGIA

Disciplina PI0032 - POLITICAS E LEGISLACAO DA EDUCACAO BASICA

Carga Horária: 102

Turma PIN Local

**PLANO DE ENSINO** 

**APROVAÇÃO** 

DEPED/G

Inspetoria: Ata Departamental

Tp. Documento: 07/2023**Documento:** 14/06/2023

Data: